

Bruxelas, 4 de abril de 2025
(OR. en)

12799/24

PUBLIC 106
INF 206

NOTA

Assunto: LISTA MENSAL DOS ATOS DO CONSELHO – SETEMBRO DE 2022

O presente documento contém uma lista dos atos¹ adotados pelo Conselho em setembro de 2022^{2,3}.

Contém informações sobre a adoção dos atos legislativos e não legislativos, nomeadamente:

- a data de adoção,
- a reunião correspondente do Conselho,
- o número do documento adotado,
- a referência do Jornal Oficial,
- referência à ata da reunião do Conselho em que o ato foi adotado.

¹ A fim de facilitar as remissões, são também indicados os «títulos abreviados», como mencionados nas ordens do dia do Conselho (ver em itálico).

² Com exceção de determinados atos de alcance limitado, tais como decisões processuais, nomeações, decisões orçamentais pontuais, etc., salvo se tiverem sido adotados por procedimento escrito.

³ No caso dos atos legislativos adotados pelo processo legislativo ordinário, pode existir uma diferença entre a data da reunião do Conselho em que o ato legislativo foi adotado e a data efetiva do ato em questão, na medida em que os atos legislativos abrangidos por esse processo só são considerados adotados depois de assinados pelo presidente do Conselho e pela presidente do Parlamento Europeu, bem como pelos secretários-gerais das duas instituições.

O presente documento está igualmente disponível no sítio Web do Conselho, no endereço:

[Listas mensais dos atos do Conselho \(atos\) – Consilium](#)

Os documentos referidos na lista podem ser obtidos no registo público de documentos do Conselho, no endereço: [Documentos – Consilium](#).

Caso não estejam diretamente disponíveis, pode ser apresentado um pedido de acesso aos documentos em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/documents/public-register/request-document-form/>

Note-se que o presente documento tem carácter exclusivamente informativo – só as atas do Conselho fazem fé. Estas estão disponíveis no sítio Web do Conselho, no endereço: [Atas do Conselho – Consilium](#).

INFORMAÇÃO SOBRE OS ATOS ADOTADOS PELO CONSELHO EM SETEMBRO DE 2022

3893.ª reunião do Conselho da União Europeia (Transportes, Telecomunicações e Energia), realizada em Bruxelas a 9 de setembro de 2022
(Ata: 12288/22 + ADD 1)

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

ATO

DOCUMENTO

Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com a Nova Zelândia tendo em vista um acordo sobre a participação deste país em programas da União e sobre a associação deste país ao Horizonte Europa
Decisão (UE) 2022/1527 do Conselho, de 9 de setembro de 2022, que autoriza a abertura de negociações com a Nova Zelândia tendo em vista um acordo sobre os princípios gerais que regem a participação da Nova Zelândia em programas da União e sobre a associação da Nova Zelândia ao Horizonte Europa – Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2021-2027)

[JO L 237 de 14.9.2022, p. 18](#)

11439/22

Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com o Canadá tendo em vista um acordo sobre a participação deste país em programas da União e sobre a associação deste país ao Horizonte Europa
Decisão (UE) 2022/1526 do Conselho, de 9 de setembro de 2022, que autoriza a abertura de negociações com o Canadá tendo em vista um acordo sobre os princípios gerais que regem a participação do Canadá em programas da União e sobre a associação do Canadá ao Horizonte Europa – Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2021-2027)

[JO L 237 de 14.9.2022, p. 17](#)

11436/22

Decisão do Conselho relativa à suspensão da aplicação do Acordo sobre a facilitação da emissão de vistos aos cidadãos da União Europeia e da Federação da Rússia
Decisão (UE) 2022/1500 do Conselho, de 9 de setembro de 2022, relativa à suspensão total da aplicação do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Federação Russa sobre a facilitação da emissão de vistos aos cidadãos da União Europeia e da Federação Russa

[JO L 234I de 9.9.2022, pp. 1-3](#)

12039/22

Decisão e Regulamento de Execução do Conselho que impõem medidas restritivas dirigidas a certas pessoas, entidades e organismos, tendo em conta a situação na Ucrânia
Decisão (PESC) 2022/1507 do Conselho, de 9 de setembro de 2022, que altera a Decisão 2014/119/PESC que impõe medidas restritivas dirigidas a certas pessoas, entidades e organismos, tendo em conta a situação na Ucrânia

[JO L 235 de 12.9.2022, pp. 32-33](#)

11431/22

Regulamento de Execução (UE) 2022/1501 do Conselho, de 9 de setembro de 2022, que dá execução ao Regulamento (UE) n.º 208/2014 que impõe medidas restritivas dirigidas a certas pessoas, entidades e organismos, tendo em conta a situação na Ucrânia

[JO L 235 de 12.9.2022, pp. 1-3](#)

11433/22

<i>Decisão do Conselho relativa à missão PCSD da União Europeia no Níger (EUCAP Sael Níger)</i> Decisão (PESC) 2022/1505 do Conselho, de 9 de setembro de 2022, que altera a Decisão 2012/392/PESC relativa à missão PCSD da União Europeia no Níger (EUCAP Sael Níger) JO L 235 de 12.9.2022, pp. 28-29	11199/22
<i>Decisão de Execução e Regulamento de Execução do Conselho relativos a medidas restritivas tendo em conta a situação na Líbia</i> Decisão de Execução (PESC) 2022/1509 do Conselho, de 9 de setembro de 2022, que dá execução à Decisão (PESC) 2015/1333 relativa a medidas restritivas tendo em conta a situação na Líbia JO L 235 de 12.9.2022, pp. 35-36	11546/22 + ADD 1
Regulamento de Execução (UE) 2022/1502 do Conselho, de 9 de setembro de 2022, que dá execução ao artigo 21.º, n.º 5, do Regulamento (UE) 2016/44 que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação na Líbia JO L 235 de 12.9.2022, pp. 4-5	11548/22 + ADD 1
<i>Decisão do Conselho relativa a uma ação da União Europeia destinada a apoiar o desenvolvimento das tecnologias da informação para melhorar a difusão de informações sobre as medidas restritivas da União</i> Decisão (PESC) 2022/1506 do Conselho, de 9 de setembro de 2022, relativa a uma ação da União Europeia destinada a apoiar o desenvolvimento de ferramentas de tecnologias da informação para melhorar a difusão de informações sobre as medidas restritivas da União JO L 235 de 12.9.2022, pp. 30-31	11231/22
<i>Decisão de Execução e Regulamento de Execução do Conselho que impõem medidas restritivas contra a República Popular Democrática da Coreia</i> Decisão de Execução (PESC) 2022/1510 do Conselho, de 9 de setembro de 2022, que dá execução à Decisão (PESC) 2016/849 que impõe medidas restritivas contra a República Popular Democrática da Coreia JO L 235 de 12.9.2022, pp. 37-47	11805/22
Regulamento de Execução (UE) 2022/1503 do Conselho, de 9 de setembro de 2022, que dá execução ao Regulamento (UE) 2017/1509 que institui medidas restritivas contra a República Popular Democrática da Coreia JO L 235 de 12.9.2022, pp. 6-18	11807/22
<i>Decisão do Conselho relativa ao acolhimento temporário de alguns palestinianos por Estados-Membros da União Europeia</i> Decisão (PESC) 2022/1508 do Conselho, de 9 de setembro de 2022, relativa ao acolhimento temporário de alguns palestinianos por Estados-Membros da União Europeia JO L 235 de 12.9.2022, p. 34	11541/22

3894.ª reunião do Conselho da União Europeia (Assuntos Gerais), realizada em Bruxelas a 20 de setembro de 2022 (Ata: 12847/22 + ADD 1 REV 1)	
ATOS LEGISLATIVOS	
ATO	DOCUMENTO
<i>Decisão relativa à concessão de assistência macrofinanceira excecional à Ucrânia</i> Decisão (UE) 2022/1628 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de setembro de 2022, que concede assistência macrofinanceira excecional à Ucrânia, que reforça o fundo comum de provisionamento através de garantias prestadas pelos Estados-Membros e através do provisionamento específico de alguns passivos financeiros relacionados com a Ucrânia garantidos ao abrigo da Decisão n.º 466/2014/UE, e que altera a Decisão (UE) 2022/1201 JO L 245 de 22.9.2022, pp. 1-13	49/1/22 REV 1
<i>Posição do Conselho sobre o POR n.º 4/2022: Atualização das receitas</i> Posição do Conselho sobre o projeto de orçamento retificativo n.º 4 do orçamento geral para 2022: Atualização das receitas na sequência das previsões revistas dos recursos próprios e de outras receitas e outros ajustamentos técnicos	12093/22
ATOS NÃO LEGISLATIVOS	
ATO	DOCUMENTO
<i>Decisão do Conselho relativa à aprovação dos auditores externos do De Nederlandsche Bank</i> Decisão (UE) 2022/1640 do Conselho, de 20 de setembro de 2022, que altera a Decisão 1999/70/CE relativa à designação dos auditores externos dos bancos centrais nacionais, no que diz respeito ao auditor externo do De Nederlandsche Bank JO L 247 de 23.9.2022, pp. 72-73	11879/22
<i>Decisão de Execução do Conselho que altera a Decisão de Execução (UE) 2020/1343 que concede um apoio temporário à República da Bulgária ao abrigo do Regulamento (UE) 2020/672 para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência na sequência do surto de COVID-19</i> Decisão de Execução (UE) 2022/1633 do Conselho, de 20 de setembro de 2022, que altera a Decisão de Execução (UE) 2020/1343 que concede um apoio temporário à República da Bulgária ao abrigo do Regulamento (UE) 2020/672 para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência na sequência do surto de COVID-19 JO L 245 de 22.9.2022, pp. 52-55	11991/22
<i>Recomendação: avaliação de Schengen no domínio da cooperação policial – Irlanda</i> Decisão de Execução do Conselho que estabelece uma recomendação para suprir as deficiências identificadas na avaliação de 2021 relativa ao cumprimento pela Irlanda das condições necessárias à aplicação do acervo de Schengen no domínio da cooperação policial	11954/22

<i>Recomendação: avaliação de Schengen no domínio da cooperação policial – Itália</i> Decisão de Execução do Conselho que estabelece uma recomendação para suprir as deficiências identificadas na avaliação de 2021 relativa à aplicação pela Itália do acervo de Schengen no domínio da cooperação policial	11956/22
<i>Recomendação: avaliação de Schengen no domínio da proteção de dados – Países Baixos</i> Decisão de Execução do Conselho que estabelece uma recomendação para suprir as deficiências identificadas na avaliação de 2021 relativa à aplicação pelos Países Baixos do acervo de Schengen no domínio da proteção de dados	11958/22
<i>Decisão do Conselho relativa à celebração do Acordo-Quadro entre a UE e a Austrália</i> Decisão (UE) 2022/1664 do Conselho, de 20 de setembro de 2022, relativa à celebração em nome da União do Acordo-Quadro entre a União Europeia e os Estados-Membros, por um lado, e a Austrália, por outro JO L 255 de 3.10.2022, pp. 1-2	11886/22
<i>Decisão e Regulamento do Conselho tendo em conta a situação na República Centro-Africana</i> Decisão (PESC) 2022/1626 do Conselho, de 20 de setembro de 2022, que altera a Decisão 2013/798/PESC que impõe medidas restritivas contra a República Centro-Africana JO L 244 de 21.9.2022, pp. 17-18	12072/22
Regulamento (UE) 2022/1621 do Conselho, de 20 de setembro de 2022, que altera o Regulamento (UE) n.º 224/2014 que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação na República Centro-Africana JO L 244 de 21.9.2022, pp. 1-2	12081/22
<i>Decisão do Conselho relativa às consequências da decisão do alto representante sobre a reorganização das estruturas de gestão civil de crises no Serviço Europeu para a Ação Externa no que diz respeito à função de comandante de Operação Civil para as missões civis de gestão de crises</i> Decisão (PESC) 2022/1625 do Conselho, de 20 de setembro de 2022, relativa às consequências da decisão do alto representante sobre a reorganização das estruturas de gestão civil de crises no Serviço Europeu para a Ação Externa no que diz respeito à função de comandante de Operação Civil para as missões civis de gestão de crises JO L 244 de 21.9.2022, pp. 15-16	11588/22
<i>Decisão do Conselho relativa à posição da UE na oitava sessão da Reunião das Partes no Acordo para a Conservação das Aves Aquáticas Migradoras Afro-Eurasiáticas no respeitante a determinadas emendas ao anexo 3 do Acordo</i> Decisão (UE) 2022/1850 do Conselho, de 20 de setembro de 2022, relativa à posição a tomar em nome da União Europeia na oitava sessão da Reunião das Partes no Acordo para a Conservação das Aves Aquáticas Migradoras Afro-Eurasiáticas no respeitante a determinadas emendas ao anexo 3 do Acordo JO L 257 de 5.10.2022, pp. 6-7	11609/22

<i>Decisão do Conselho relativa à posição da UE no Comité Misto do Acordo UE-Suíça sobre a ligação dos respetivos regimes de comércio de licenças de emissão (no que diz respeito à alteração dos anexos III e IV do Acordo)</i> Decisão (UE) 2022/1660 do Conselho, de 20 de setembro de 2022, relativa à posição a tomar em nome da União Europeia no âmbito do Comité Misto estabelecido pelo Acordo entre a União Europeia e a Confederação Suíça sobre a ligação dos respetivos regimes de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, no que diz respeito à alteração dos anexos III e IV do Acordo (Texto relevante para efeitos do EEE) JO L 250 de 28.9.2022, pp. 6-13	11571/22
<i>Decisão do Conselho relativa à posição da UE na Comissão Central para a Navegação do Reno sobre a adoção da revisão do Estatuto do Pessoal para a Navegação no Reno</i> Decisão (UE) 2022/1912 do Conselho, de 29 de setembro de 2022, relativa à posição a tomar, em nome da União Europeia, no âmbito da Comissão Central para a Navegação do Reno, sobre a adoção da revisão do Estatuto do Pessoal para a Navegação no Reno JO L 261 de 7.10.2022, pp. 48-52	11265/1/22 REV 1
<i>Decisão do Conselho relativa à posição da UE no Conselho Ministerial da Comunidade da Energia sobre a incorporação do Regulamento (UE) 2022/1032 relativo ao armazenamento de gás no acervo da Comunidade da Energia</i> Decisão (UE) 2022/1842 do Conselho, de 20 de setembro de 2022, relativa à posição a tomar, em nome da União Europeia, no âmbito do Conselho Ministerial da Comunidade da Energia, no que diz respeito à incorporação do Regulamento (UE) 2022/1032 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao armazenamento de gás no acervo da Comunidade da Energia JO L 254 de 3.10.2022, pp. 43-55	12060/22
<i>Decisão do Conselho relativa à posição da UE no que diz respeito às alterações ao anexo I do Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura</i> Decisão do Conselho relativa à posição a tomar, em nome da União Europeia, no âmbito do Órgão Diretor do Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, no que diz respeito às alterações ao anexo I do referido Tratado	12102/22
<i>Decisão do Conselho relativa à assinatura do Acordo Geral de Transporte Aéreo com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)</i> Decisão (UE) 2022/1643 do Conselho, de 20 de setembro de 2022, relativa à assinatura, em nome da União, do Acordo Geral de Transporte Aéreo entre os Estados membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático e a União Europeia e os seus Estados-Membros JO L 248 de 26.9.2022, pp. 1-2	8896/22

3895.ª reunião do Conselho da União Europeia (Agricultura e Pescas), realizada em Bruxelas a 26 de setembro de 2022 (Ata: 12807/22 + ADD 1)	
ATOS NÃO LEGISLATIVOS	
ATO	DOCUMENTO
<i>Decisão do Conselho relativa à posição da UE no que diz respeito às alterações aos anexos dos Acordos relativos ao Transporte Internacional de Mercadorias Perigosas por Estrada (ADR) e por Via Navegável Interior (ADN)</i> Decisão (UE) 2022/1663 do Conselho, de 26 de setembro de 2022, relativa à posição a tomar em nome da União Europeia no que diz respeito às alterações aos anexos do Acordo relativo ao Transporte Internacional de Mercadorias Perigosas por Estrada (ADR) e aos regulamentos anexos ao Acordo Europeu relativo ao Transporte Internacional de Mercadorias Perigosas por Via Navegável Interior (ADN) JO L 250 de 28.9.2022, pp. 19-22	12123/22
<i>Decisão do Conselho relativa à posição da UE no Comité Conjunto instituído pelo Acordo UE-China em matéria de indicações geográficas, no que respeita à adoção do seu regulamento interno</i> Decisão (UE) 2022/1677 do Conselho, de 26 de setembro de 2022, relativa à posição a tomar, em nome da União Europeia, no Comité Conjunto instituído pelo Acordo entre a União Europeia e o Governo da República Popular da China sobre a cooperação em matéria de indicações geográficas e a proteção dessas indicações geográficas, no que respeita à adoção do regulamento interno do Comité Conjunto JO L 252 de 30.9.2022, pp. 64-69	11862/22
<i>Decisão de Execução do Conselho que autoriza Portugal a aplicar taxas reduzidas de imposto especial de consumo ao gasóleo e à gasolina sem chumbo utilizados como carburantes</i> Decisão de Execução (UE) 2022/1662 do Conselho, de 26 de setembro de 2022, que autoriza Portugal a aplicar taxas reduzidas de imposto especial de consumo ao gasóleo e à gasolina sem chumbo utilizados como carburantes nos termos do artigo 19.º da Diretiva 2003/96/CE JO L 250 de 28.9.2022, pp. 17-18	12099/22
<i>Decisão de Execução do Conselho que autoriza o Luxemburgo a aplicar uma derrogação em matéria de IVA</i> Decisão de Execução (UE) 2022/1661 do Conselho, de 26 de setembro de 2022, que altera a Decisão de Execução 2013/677/UE que autoriza o Luxemburgo a aplicar uma medida especial em derrogação ao artigo 285.º da Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado JO L 250 de 28.9.2022, pp. 14-16	12089/22

<i>Acordo com os Estados Unidos sobre a alteração dos contingentes pautais da UE na lista da OMC em consequência do Brexit</i> Decisão (UE) 2022/1665 do Conselho, de 26 de setembro de 2022, relativa à assinatura, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América ao abrigo do artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994 sobre a alteração das concessões relativas a todos os contingentes pautais incluídos na lista CLXXV da UE em consequência da saída do Reino Unido da União Europeia JO L 251 de 29.9.2022, pp. 1-2	11722/22
Acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América, ao abrigo do artigo XXVIII do Acordo Geral Sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, sobre a alteração das concessões relativas a todos os contingentes pautais incluídos na lista CLXXV-UE em consequência da saída do Reino Unido da União Europeia JO L 119 de 5.5.2023, pp. 3-19	11724/22
Decisão (UE) 2023/912 do Conselho, de 25 de abril de 2023, relativa à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América, ao abrigo do artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, sobre a alteração das concessões relativas a todos os contingentes pautais incluídos na lista CLXXV-UE em consequência da saída do Reino Unido da União Europeia JO L 119 de 5.5.2023, pp. 1-2	11723/22
<i>Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações sobre fluxos de dados transfronteiras no quadro do Acordo de Parceria Económica com o Japão</i> Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com o Japão tendo em vista a inclusão de disposições sobre fluxos de dados transfronteiras no Acordo entre a União Europeia e o Japão para uma Parceria Económica	12259/22
<i>Decisão do Conselho que apoia o Centro Regional de Intercâmbio de Informações da Europa do Sudeste e Oriental para o Controlo de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (SEESAC) na execução do Roteiro regional de combate ao tráfico de armas nos Balcãs Ocidentais</i> Decisão (PESC) 2022/1654 do Conselho, de 27 de setembro de 2022, que altera a Decisão (PESC) 2018/1788 que apoia o Centro Regional de Intercâmbio de Informações da Europa do Sudeste e Oriental para o Controlo de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (SEESAC) na execução do Roteiro regional de combate ao tráfico de armas nos Balcãs Ocidentais JO L 249 de 27.9.2022, pp. 45-46	12129/22

3896.ª reunião do Conselho da União Europeia (Mercado Interno, Indústria), realizada em Bruxelas a 29 de setembro de 2022
(Ata: 13066/22 + ADD 1)

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

ATO

DOCUMENTO

Decisão do Conselho relativa à celebração do Acordo sob forma de Troca de Cartas relativo à prorrogação do Protocolo que Fixa as Possibilidades de Pesca e a Contribuição Financeira previstas no Acordo de Parceria no domínio das Pescas entre a União Europeia e a República da Maurícia

5657/22

Decisão (UE) 2022/1846 do Conselho, de 29 de setembro de 2022, relativa à celebração, em nome da União, do Acordo sob forma de Troca de Cartas entre a União Europeia e a República da Maurícia relativo à prorrogação do Protocolo que Fixa as Possibilidades de Pesca e a Contribuição Financeira previstas no Acordo de Parceria no domínio das Pescas entre a União Europeia e a República da Maurícia

[JO L 256 de 4.10.2022, pp. 3-4](#)

Regulamento do Conselho que altera o Regulamento (UE) 2022/109 que fixa, para 2022, em relação a determinadas unidades populacionais de peixes e grupos de unidades populacionais de peixes, as possibilidades de pesca aplicáveis nas águas da União e as aplicáveis, para os navios de pesca da União, em certas águas não União (4.ª alteração)

12383/22

Regulamento (UE) 2022/1670 do Conselho, de 29 de setembro de 2022, que altera o Regulamento (UE) 2022/109 que fixa para 2022 em relação a determinadas unidades populacionais de peixes e grupos de unidades populacionais de peixes as possibilidades de pesca aplicáveis nas águas da União e as aplicáveis, para os navios de pesca da União, em certas águas não União

[JO L 252 de 30.9.2022, pp. 1-3](#)

Decisão do Conselho relativa à posição da UE na Comissão Central para a Navegação do Reno sobre a adoção da revisão do Estatuto do Pessoal para a Navegação no Reno

11265/1/22 REV 1

Decisão (UE) 2022/1912 do Conselho, de 29 de setembro de 2022, relativa à posição a tomar, em nome da União Europeia, no âmbito da Comissão Central para a Navegação do Reno, sobre a adoção da revisão do Estatuto do Pessoal para a Navegação no Reno

[JO L 261 de 7.10.2022, pp. 48-52](#)

Decisão do Conselho relativa à posição da UE na Comissão Mista UE-CTC instituída pela Convenção de 20 de maio de 1987 sobre um regime de trânsito comum, no que diz respeito a alterações à Convenção

12352/22

Decisão (UE) 2022/1932 do Conselho, de 29 de setembro de 2022, relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito da Comissão Mista UE-CTC instituída pela Convenção de 20 de maio de 1987 sobre um regime de trânsito comum, no que diz respeito a alterações à Convenção

[JO L 266 de 13.10.2022, pp. 17-18](#)

<i>Decisão do Conselho relativa à posição da UE no Comité Misto entre a UE e a Mongólia quanto a um grupo de trabalho especializado sobre cooperação para o desenvolvimento</i> Decisão (UE) 2022/1851 do Conselho, de 29 de setembro de 2022, relativa à posição a tomar em nome da União no âmbito do Comité Misto criado pelo Acordo-Quadro de Parceria e Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Mongólia, por outro, quanto à criação de um grupo de trabalho especializado sobre cooperação para o desenvolvimento JO L 257 de 5.10.2022, pp. 8-9	12066/22
Acesso do público aos documentos – Pedido confirmativo n.º 14/c/01/22	11843/22
<i>Decisão de Execução do Conselho que autoriza a Suécia a aplicar taxas reduzidas do imposto especial de consumo sobre a gasolina, o gasóleo não marcado e os combustíveis equivalentes utilizados como carburantes</i> Decisão de Execução (UE) 2022/1843 do Conselho, de 29 de setembro de 2022, que autoriza a Suécia a aplicar taxas reduzidas do imposto especial de consumo sobre a gasolina, o gasóleo não marcado e os combustíveis equivalentes utilizados como carburantes, em conformidade com o artigo 19.º da Diretiva 2003/96/CE JO L 254 de 3.10.2022, pp. 56-57	12101/22
<i>Decisão do Conselho relativa a uma ação da União Europeia de apoio ao Mecanismo de Verificação e Inspeção das Nações Unidas no Iémen (UNVIM)</i> Decisão (PESC) 2022/1682 do Conselho, de 29 de setembro de 2022, que altera a Decisão (PESC) 2020/1465 relativa a uma ação da União Europeia de apoio ao Mecanismo de Verificação e Inspeção das Nações Unidas no Iémen JO L 252 de 30.9.2022, pp. 76-77	12389/22
<i>Decisão do Conselho relativa à aprovação das alterações do Acordo Internacional do Açúcar de 1992</i> Decisão (UE) 2022/1910 do Conselho, de 29 de setembro de 2022, relativa à aprovação das alterações do Acordo Internacional do Açúcar de 1992 JO L 261 de 7.10.2022, pp. 1-5	7978/22

Procedimento escrito concluído em 1 de setembro de 2022	CM 4139/22
<i>Decisão e Regulamento de Execução do Conselho que impõem medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia</i> Decisão (PESC) 2022/1447 do Conselho, de 1 de setembro de 2022, que altera a Decisão 2014/145/PESC que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO L 227I de 1.9.2022, pp. 4-5	11825/22
Regulamento de Execução (UE) 2022/1446 do Conselho, de 1 de setembro de 2022, que dá execução ao Regulamento (UE) n.º 269/2014 que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO L 227I de 1.9.2022, pp. 1-3	11827/22
Aviso à atenção das pessoas sujeitas às medidas restritivas previstas na Decisão 2014/145/PESC do Conselho, com a redação que lhe foi dada pela Decisão (PESC) 2022/1447 do Conselho, e no Regulamento (UE) n.º 269/2014 do Conselho, executado pelo Regulamento de Execução (UE) 2022/1446 do Conselho, que impõem medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia (2022/C 335/04) JO C 335 de 2.9.2022, p. 5	CM 4138/22
Aviso à atenção das pessoas sujeitas às medidas restritivas previstas na Decisão 2014/145/PESC do Conselho, com a redação que lhe foi dada pela Decisão (PESC) 2022/1447 do Conselho, e no Regulamento (UE) n.º 269/2014 do Conselho, executado pelo Regulamento de Execução (UE) 2022/1446 do Conselho, que impõem medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia (2022/C 335/03) JO C 335 de 2.9.2022, pp. 3-4	CM 4138/22
Aviso à atenção dos titulares de dados a quem se aplicam as medidas restritivas previstas na Decisão 2014/145/PESC do Conselho e no Regulamento (UE) n.º 269/2014 do Conselho que impõem medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia (2022/C 335/05) JO C 335 de 2.9.2022, p. 6	CM 4138/22

Procedimento escrito concluído em 6 de setembro de 2022	CM 4262/22
Adoção da posição do Conselho sobre o projeto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2023	11075/22 + COR 1
Declaração sobre os pagamentos A fim de assegurar a correta execução dos programas da União, o Conselho convida a Comissão a continuar a acompanhar de perto e de forma ativa, durante o ano de 2023, a execução dos programas no âmbito dos QFP atual e anteriores (nomeadamente no que se refere à sub-rubrica 2-A e ao desenvolvimento rural). Para o efeito, convida a Comissão a apresentar atempadamente números atualizados respeitantes à situação e às estimativas no tocante às dotações de pagamento para 2023 (tendo em conta a maior exatidão das previsões dos Estados-Membros, se aplicável). Se os números mostrarem que as dotações inscritas no orçamento para 2023 são insuficientes para cobrir as necessidades justificadas, o Conselho convida a Comissão a apresentar o mais rapidamente possível uma solução adequada, nomeadamente um projeto de orçamento retificativo, para que a autoridade orçamental possa tomar as decisões necessárias o mais rapidamente possível, e sem demoras indevidas, para as necessidades justificadas. Se aplicável, o Conselho terá em conta a urgência da matéria, encurtando o período de oito semanas para uma decisão, se tal for considerado necessário. O mesmo se aplica, <i>mutatis mutandis</i> , se os números mostrarem que as dotações inscritas no orçamento para 2023 são mais elevadas do que o necessário. O Conselho analisará cuidadosamente a carta retificativa relativa à agricultura (incluindo as informações sobre receitas afetadas) a fim de avaliar devidamente o nível de recursos na rubrica 3 (<i>Recursos Naturais e Ambiente</i>) no orçamento para 2023.	11075/22 ADD 1 REV 1
Declaração sobre os elementos não tidos em conta na definição da posição do Conselho O Conselho faz notar que reavaliará a sua posição à luz das informações adicionais a fornecer na carta retificativa, tomando em consideração a situação atual e outros eventuais desafios imprevistos que possam surgir. Dada a situação excecional, será prestada especial atenção às propostas legislativas da Comissão em matéria de dotações de pagamento, como o pacote FAST-CARE. Em especial, o Conselho regista as incertezas e as consequências decorrentes da situação de guerra na Ucrânia para as quais é necessária a assistência da União Europeia. Além disso, a crise tem um impacto na segurança alimentar na vizinhança meridional. Face ao aumento das taxas de juro, o Conselho exorta a Comissão a aplicar uma abordagem prudente, baseada nas necessidades reais, nas suas emissões de dívida no segundo semestre de 2022, limitando assim os custos com juros a suportar pelo orçamento da UE em 2023 e nos próximos anos. A este respeito, o Conselho insta a Comissão a apresentar as informações necessárias com a maior brevidade possível e, o mais tardar, em 21 de setembro de 2022, a fim de facilitar o trabalho dos dois ramos da Autoridade Orçamental e assegurar uma adoção atempada do orçamento para 2023.	11075/22 ADD 1 REV 1

Declaração sobre o artigo 241.º O Conselho observa que, no contexto inflacionista sem precedentes que se verifica neste momento, o atual método de atualização automática dos salários constitui um encargo insustentável para as despesas administrativas em todas as rubricas. De acordo com a programação financeira atualizada, o aumento dos salários previsto para 2022 resultará em significativas necessidades de financiamento adicional na rubrica 7, não apenas em 2022 e 2023, mas também nos próximos anos abrangidos pelo atual quadro financeiro plurianual (QFP), excedendo os limites máximos desta rubrica. Os futuros aumentos salariais superiores a 2 % agravarão ainda mais esta situação. Se não forem tomadas medidas compensatórias, esta evolução exigirá a mobilização de instrumentos especiais que, de outro modo, estariam disponíveis para financiar circunstâncias imprevistas (como as consequências diretas e indiretas da guerra na Ucrânia). Além disso, a Comissão e o BCE manifestaram repetidamente a sua preocupação com o facto de a indexação automática dos salários nos Estados-Membros poder conduzir a efeitos secundários suscetíveis de tornar o choque inflacionista mais persistente, o que, por sua vez, poderia levar a uma maior deterioração da situação económica e social na UE. Neste contexto, o Conselho solicita à Comissão que, em conformidade com o artigo 241.º do TFUE e até ao final de setembro de 2022, avalie os efeitos e a sustentabilidade da atualização automática dos salários num contexto de elevada inflação e lhe apresente as propostas adequadas para aliviar a pressão sobre as despesas administrativas. Os elementos a ter em conta na avaliação da Comissão poderão incluir, entre outros, • uma suspensão pontual da atualização anual das remunerações dos funcionários e outros agentes, sem deixar de reconhecer os direitos adquiridos, • medidas concretas para conter as despesas não relacionadas com os salários, por exemplo nos domínios do consumo de energia nos edifícios e dos custos de deslocação em serviço ou similares (em conformidade com as conclusões do Conselho Europeu sobre o QFP), • a dimensão e a duração dos subsídios, • a adequação do sistema fiscal, • o alargamento e a extensão da contribuição de solidariedade, • a introdução no anexo XI do Estatuto de um novo terceiro mecanismo (para além da cláusula de moderação e da cláusula de exceção), a fim de ter devidamente em conta as condições específicas de um contexto de elevada inflação, ou quaisquer outras medidas adequadas em função da situação nos Estados-Membros e da sustentabilidade das despesas administrativas no QFP, a tempo de o Parlamento Europeu e o Conselho as analisarem e adotarem juntamente com a carta retificativa ao orçamento da UE para 2023, tendo em vista a adoção das mesmas antes do final de 2022. Sem prejuízo da avaliação da Comissão, o Conselho recorda que o Conselho Europeu, nas suas conclusões de julho de 2020, indicou que não haverá reapreciação intercalar do QFP 2021-2027.	11075/22 ADD 1 REV 1
--	---------------------------------

Declaração sobre a secção do orçamento reservada ao Parlamento Europeu O Conselho sublinha que o limite máximo para a rubrica 7 do quadro financeiro plurianual 2021-2027 assenta na premissa de que todas as instituições da UE adotam uma abordagem abrangente e direcionada destinada a estabilizar o número de membros do pessoal e a reduzir as despesas administrativas. O Conselho recorda que o Parlamento Europeu (PE) já solicitou e obteve, no orçamento anual para 2022, 142 lugares adicionais para o seu quadro de pessoal, bem como 180 lugares de pessoal externo, e lembra, a este respeito, a declaração do Conselho de 7 de dezembro de 2021. Este ano, o mapa de despesas e o quadro de pessoal do PE para 2023 incluem um pedido de 52 lugares adicionais para o quadro do pessoal e de 116 lugares adicionais de assistentes parlamentares acreditados. Este pedido insere-se numa conjuntura de taxas de inflação elevadas que coloca em risco o respeito do limite máximo da rubrica 7 em 2023, pelo que é necessário que todas as instituições exerçam autocontenção, em conformidade com a obrigação de respeitar os limites máximos anuais das despesas. Neste contexto, o pedido do PE aumenta ainda mais a pressão sobre a rubrica 7, relegando nas outras instituições o esforço de suportar o ónus associado à contenção das suas despesas administrativas. Por conseguinte, esse pedido não é compatível com as obrigações do PE nos termos do artigo 2.º do Regulamento QFP e é contrário aos pontos 129 e 130 das conclusões do Conselho Europeu de 17-21 de julho de 2020 relativos à manutenção de um nível estável de pessoal nas instituições. No respeito da lógica do «Acordo de Cavalheiros», incluindo o equilíbrio institucional entre o PE e o Conselho e o respeito dos limites máximos do QFP, o Conselho exorta o PE a seguir a abordagem adotada pelo Conselho e a assegurar o respeito do limite máximo da rubrica 7. Recorda que o Conselho tenciona respeitar um nível estável de pessoal e aplica uma taxa de redução (lugares vagos) mais elevada às suas próprias despesas administrativas. Tendo em conta o que precede, o Conselho manifesta as suas fortes reservas relativamente ao mapa de despesas e ao quadro de pessoal do PE para 2023. O Conselho centrar-se-á de forma mais aprofundada nestes elementos durante as negociações sobre o orçamento anual da União para 2023.	11075/22 ADD 1 REV 1
Procedimento escrito concluído em 8 de setembro de 2022	CM 4217/22
Acesso do público aos documentos – Pedido confirmativo n.º 13/c/01/22	11693/22

Procedimento escrito concluído em 14 de setembro de 2022	CM 4363/22
<i>Decisão e Regulamento de Execução do Conselho que impõem medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia</i> Decisão (PESC) 2022/1530 do Conselho, de 14 de setembro de 2022, que altera a Decisão 2014/145/PESC que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO L 239 de 15.9.2022, pp. 149-296	11346/22
Regulamento de Execução (UE) 2022/1529 do Conselho, de 14 de setembro de 2022, que dá execução ao Regulamento (UE) n.º 269/2014 que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia JO L 239 de 15.9.2022, pp. 1-148	11348/22
Aviso à atenção das pessoas e entidades sujeitas às medidas restritivas previstas na Decisão 2014/145/PESC do Conselho, com a redação que lhe foi dada pela Decisão (PESC) 2022/1530 do Conselho, e no Regulamento (UE) n.º 269/2014 do Conselho, executado pelo Regulamento de Execução (UE) 2022/1529 do Conselho, que impõem medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia (2022/C 353 I/01) JO C 353I de 15.9.2022, pp. 1-2	11349/22
Aviso à atenção dos titulares de dados a quem são aplicáveis as medidas restritivas previstas na Decisão 2014/145/PESC do Conselho e no Regulamento (UE) n.º 269/2014 do Conselho que impõem medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia (2022/C 353 I/02) JO C 353I de 15.9.2022, pp. 3-4	11349/22
Aviso à atenção das pessoas singulares ou coletivas, entidades ou organismos sujeitos às medidas restritivas previstas na Decisão 2014/145/PESC do Conselho, com a redação que lhe foi dada pela Decisão (PESC) 2022/1530 do Conselho, e no Regulamento (UE) n.º 269/2014 do Conselho, executado pelo Regulamento de Execução (UE) 2022/1529 do Conselho, que impõem medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia (2022/C 353 I/03) JO C 353I de 15.9.2022, p. 5	11349/22